

O AUTOR E O ECONOMISTA NO ARTIGO DE OPINIÃO DE CLAUDIO DE MOURA CASTRO

Carlos Alberto BAPTISTA¹

Mestre em Língua Portuguesa/PUC-SP

Docente do Instituto Técnico de Barueri/ITB-SP

RESUMO

No presente artigo, estudamos a noção de autor no gênero de discurso artigo de opinião. Para esse estudo, selecionamos um artigo escrito por Claudio de Moura Castro. Nosso objetivo é examinar como o gênero de discurso e as instituições das quais ele participa e com elas interage operam na formulação da autoria. Para isso, fundamentamo-nos na noção de autor e de nome de autor desenvolvidas por Foucault (1997) e nas pesquisas de Alves Filho (2005; 2006) e de Rodrigues (2001), que buscam relacionar autoria e gêneros de discurso. O enfoque deste estudo é enunciativo-discursivo, já que recorreremos aos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso de linha francesa, que possibilitam uma abordagem que articula o discurso às suas condições sócio-históricas de produção. Claudio de Moura Castro publica seus artigos na Revista *Veja*; é economista, mas geralmente aborda assuntos relacionados à educação brasileira e suas implicações com a economia do país. Nota-se, nesse discurso, a edificação de uma autoria social e profissional, em outras palavras, emerge desse discurso um sujeito autor e o campo da economia, do qual ele é representante, constituindo, em sua interdiscursividade, um discurso bivocal.

Palavras-chave: Autoria. Função-autor. Artigo de opinião. Gêneros de discurso.

Introdução

Há muito tempo que a noção de autor gera discussões, principalmente no campo literário, em que parece ser mais valorizada. Pensadores influentes como Foucault, Bakhtin e Barthes, para citarmos alguns, dedicaram-se a discuti-la. Em contrapartida, a noção de gênero de discurso somente assumiu uma posição privilegiada nos estudos da linguagem recentemente. Por isso, são poucos os estudos que se dedicaram a relacionar esses dois conceitos, embora a noção de autor seja indissociável de qualquer gênero e não apenas dos gêneros literários.

Nessa ótica é que se insere nosso estudo, uma vez que nos atemos à noção de autor, no gênero *artigo de opinião*. Para tanto, selecionamos um artigo escrito por Claudio de Moura Castro, publicado na Revista *Veja*, em 03 de abril de 2013. Castro é economista, mas, nos artigos de opinião que publica na *Veja*, discute questões sobre a educação brasileira.

¹ Endereço eletrônico: prof.carlos.itb@gmail.com

Defendemos que, na interação discursiva entre produção e recepção dos artigos de Castro, emerge uma noção de autor, intrínseca às suas condições de produção, pois o autor está vinculado a uma instituição discursiva e produz um gênero de discurso com um conteúdo temático vinculado à outra instituição.

Assim, delimitamos como objetivo examinar como opera a função-autor no discurso do artigo produzido por Claudio de Moura Castro e como o artigo de opinião e as instituições das quais essa interação discursiva participa interagem nessa configuração autoral.

A Revista *Veja* é um veículo de comunicação de abrangência nacional, considerada a terceira revista semanal de informação mais lida no mundo e a maior do país. O fato de os artigos serem veiculados por esse meio de comunicação não só os valoriza como torna o ponto de vista defendido pelo autor significativo na formação de opinião nacional. Observar a relação entre autor e gênero nesse discurso mostra-se, portanto, pertinente para a compreensão das interações entre sujeito, lugares sociais, discurso e efeitos de sentido.

A pesquisa fundamenta-se na noção de autor presente em Foucault (1997) e nas contribuições dos estudos de Alves Filho (2005; 2006) e de Rodrigues (2001), os quais possibilitam um entendimento da relação entre autor e gênero de discurso. O enfoque deste estudo é enunciativo-discursivo; recorremos aos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso de linha francesa, que permitem uma abordagem interdisciplinar, na articulação de um discurso às suas condições sócio-históricas de produção.

Em primeiro lugar, abordamos os estudos foucaultianos sobre a noção de autor e a maneira como o nome de autor opera na constituição dos efeitos de sentido do discurso. Depois, tratamos de alguns desenvolvimentos teóricos que permitem correlacionar a noção de gênero de discurso *artigo de opinião* com a noção de autor. Por fim, empreendemos a análise em três etapas: iniciamos com a funcionalidade do nome de autor e da operação de apropriação no gênero, mostrando a projeção do sujeito autor; na sequência, observamos o processo de legitimação e a atribuição no artigo; por último, analisamos, no gênero, como a interdiscursividade opera no processo de construção de um ser de razão, de que se consiste o autor, e da multiplicidade de “eus”, às quais a função-autor se refere.

Ressaltamos que a noção de autor tomada aqui não corresponde a de um indivíduo empírico, dotado de uma biografia, a de um autor soberano, que é origem e detentor do sentido. O autor é visto como uma das posições que o sujeito pode ocupar no discurso, implicando, portanto, suas condições sócio-históricas de produção. Para se referir ao

indivíduo, usamos as acepções “produtor” ou “sujeito empírico”, deixando restrito o termo “autor” para se referir à posição discursiva do sujeito. O termo “sujeito autor” será usado em oposição a economista, contraste necessário na análise. E a acepção “autoria” é tomada como algo imanente ao gênero.

A noção de autor: contribuições de Foucault

A noção de autor, vista aqui como posição discursiva do sujeito, assumiu diferentes valores e funções ao longo da história. Na Antiguidade Clássica, o autor era destituído de uma identidade, para falar em nome de um deus ou de sua cultura, como ocorre na mitologia e em escritos sagrados. Durante o século XIX, o autor conhece sua plenitude, concebido como o ser-criador, original, fruto da inspiração. É essa concepção que orientou as investigações literárias por muito tempo, em que o estudo do texto, norteado por uma biografia, buscava a interpretação fundamentada em seu produtor empírico.

Quando Foucault reacende o debate sobre a problemática do autor, ele se interessa principalmente pelo funcionamento dessa noção atrelada ao controle da produção do discurso. Nessa ótica, Foucault investiga, em diferentes culturas em que a função-autor ocorre, como ela se caracteriza. Desse modo, Foucault (1997) sistematiza quatro características decorrentes dessa função: apropriação, atribuição, construção de “um ser de razão” e multiplicidade de “eu”.

Segundo Foucault (1997), a **apropriação** consiste na necessidade de se associar um discurso a um autor. Tal apropriação ocorre, por exemplo, na Idade Média, a fim de se controlar o discurso e, além disso, punir aqueles que o transgrediam. Com o decorrer dos tempos, o discurso deixou de ser um ato entre o sagrado e o profano e passou a ser um produto, uma propriedade, conforme ditavam os valores da sociedade burguesa.

A segunda característica diz respeito à **atribuição** da função-autor. Para Foucault (1997), essa atribuição não ocorre uniformemente em todas as épocas e em todos os discursos. Em épocas diferentes, discursos distintos exigiram essa função, ou não, para serem legitimados. O discurso literário, por exemplo, circulava no anonimato. Sua antiguidade bastava, para que fosse aceito.

No entanto, há algum tempo, esse discurso não é aceito desprovido da função-autor. Ao lermos um conto, por exemplo, queremos saber quem o escreveu, como se o sentido e o *status* do texto estivessem ligados ao nome que o marca. Já o discurso científico, como mostra

Foucault, faz um trajeto oposto ao discurso literário. Se, na Idade Média, uma teoria sobre o universo só era aceita dependendo do autor a quem era atribuída, atualmente o discurso científico é legitimado, mesmo no anonimato, pela vinculação a uma instituição que o garante como demonstrável. Apaga-se, portanto, a função-autor nesse discurso.

Como terceira característica, Foucault (1997) aponta que essa função não é a simples atribuição de um discurso ao sujeito. Ela é o resultado de uma **operação complexa que consiste na construção de um “ser de razão”**, ao qual se tenta dar um *status* de projeto, instância profunda, poder criador, lugar originário de onde emana o sentido.

É salientado por Foucault(1997), ainda, que a maneira como a crítica moderna define o autor é próxima ao modelo usado antigamente pela exegese cristã. Segundo esse modelo, selecionavam-se textos para serem atribuídos a um autor a partir de critérios como a qualidade, a época em que foram escritos e a coerência com outros textos do mesmo autor. Nesse sentido, observa-se que a preocupação não é em identificar o produtor real, mas um princípio de unidade e foco de expressão do discurso.

A quarta característica diz respeito à **multiplicidade de “eus”** às quais a função-autor pode se referir. Afinal, ela não aponta linearmente a um sujeito empírico; “ela pode dar lugar (...) a várias posições-sujeitos que classes diferentes de indivíduos podem ocupar”. (FOUCAULT; 1997, p. 14)

Outro aspecto enfatizado por Foucault é sobre o que representa o nome de autor, inicialmente comparado a um nome próprio como outro. Apresentando os mesmos problemas, esses nomes – o nome de autor e o nome próprio – não suscitam uma indicação pura e simples que aponta para um sujeito, visto que possuem funções que transcendem o caráter indicativo. Podem equivaler a uma descrição, ou uma série delas, mas, para além disso, operam entre o designar e descrever.

Foucault (1997) ressalva, no entanto, que o nome de autor não funciona como um nome próprio qualquer. A maneira como o nome próprio se liga a um sujeito e a maneira como o nome de autor se liga ao que ele nomeia operam de modo diferente. Por exemplo, segundo Muchail (2002, p. 130), “é diferente, e diferentes são as consequências, dizer que um nome foi erroneamente atribuído a uma pessoa e dizer que o nome Guimarães Rosa foi erroneamente atribuído ao autor de Sagarana”.

Para Foucault (1997), essa diferença deve-se porque o nome de autor não é apenas um elemento no discurso. Ele exerce funções que permitem a classificação, o reagrupamento, a delimitação, a exclusão de uns e a oposição a outros. E, por outro lado, permite relacionar

textos, relacionar um nome a um texto ou um texto a um nome, por relação de homogeneidade, filiação, autenticação de uns pelos outros. O nome de autor, portanto, opera na ruptura entre os discursos e sua forma singular de existir e pleitear um *status* social e cultural:

o fato de haver um nome de autor, o fato de que se possa dizer “isso foi escrito por tal pessoa”, ou “tal pessoa é o autor disso”, indica que esse discurso não é uma palavra cotidiana, indiferente, uma palavra que se afasta, que flutua e passa, uma palavra imediatamente consumível, mas que se trata de uma palavra que deve ser recebida de uma certa maneira e que deve, em uma dada cultura, receber um certo status. (FOUCAULT, 1997, p. 9)

Buscando mapear os procedimentos que controlam os discursos na sociedade, Foucault (2012) defende que a produção do discurso é manipulada por procedimentos que dominam seus poderes e perigos, controlam seu acontecimento aleatório e esquivam sua materialidade. Um desses fatores é o de rarefação, que permite a classificação, ordenação e distribuição do discurso. Para Foucault (2012), a noção de autor se enquadraria nesse princípio, entre os procedimentos internos que dominam o acontecimento aleatório da produção discursiva:

Creio que exista outro princípio de rarefação do discurso (...). Trata-se do autor. O autor, não entendido, é claro, como o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência. (FOUCAULT, 2012, p. 25)

O que se percebe, de modo geral, é que, para Foucault, a noção de autor é vista como uma das possíveis funções do sujeito no discurso. De variação constante, ela é examinada como foco de coerência, origem, organização, credibilidade, mas principalmente controle do discurso. Além disso, ela constitui um marco histórico para a individualização em todos os campos, da ciência à arte.

Apesar de não ser a intenção de Foucault (2012) associar a noção de autor à de gênero do discurso, relacionar essas duas categorias é possível e aparenta ser enriquecedora a ambas. A possibilidade existe porque cada gênero implica certa noção de autor. Ser autor de um romance não é a mesma coisa que ser autor de um artigo de opinião e, por sua vez, é diferente do funcionamento da autoria em gêneros em que há apagamento do autor, como em uma notícia ou em um anúncio publicitário. Seguindo esse raciocínio, buscamos adiante delimitar a noção de autor no gênero *artigo de opinião*.

Cabe-nos, antes disso, fazer uma ressalva. Quando Foucault trata da noção de autor, ele defende que não são em todos os discursos que essa função opera. Essa concepção é controversa e pode ser questionada. Orlandi (2007, p. 75), por exemplo, discorda, defendendo o deslocamento dessa noção a um alcance maior, de modo a considerar que “a própria unidade do texto é efeito discursivo que deriva do princípio da autoria”. Isso quer dizer que, mesmo um texto não tendo um autor específico, ele sempre terá uma autoria. Na abordagem sobre os gêneros, é mais produtivo aceitar essa noção mais abrangente. No entanto, não nos preocupamos em tomar um partido ou outro para nossa pesquisa, pois defendemos que o artigo possui um autor e, por sua textualidade, também possui uma autoria.

A autoria no artigo de opinião

Alves Filho (2006) defende que a autoria exerce diferentes funções enunciativas de acordo com o gênero do discurso. Cada gênero desempenha uma relação própria com a noção de autor, sendo que, nos gêneros veiculados pela empresa jornalística, essa noção parece ter características peculiares. É nessa concepção que, considerando apenas os gêneros de opinião, Alves Filho (2006, p. 83) propõe o seguinte quadro, visando a relacionar gênero e autoria:

Gêneros jornalísticos do agrupamento argumentar	Tipo de autoria	Instância que assume a autoria	Instância interna ou externa ao jornal?
Editorial	Institucional	Empresa jornalística	Interna
Coluna de opinião assinada	Sócio-profissional	Colunista (jornalista)	Interna
Artigo de opinião	Sócio-profissional	Articulista (figura da sociedade)	Externa
Carta de leitor	Individual-privada	Leitor	Externa

Fonte: ALVES FILHO, 2006, p. 83

De acordo com essa classificação, pode-se apontar para três categorias de autor. A autoria institucional é aquela em que há maior vínculo entre autor e a empresa jornalística. A voz do autor torna-se inerente à da instituição de onde fala. A autoria individual, pelo contrário, refere-se a uma voz externa à empresa jornalística. O autor não pertence à instituição, mas é autorizado a participar, por ela.

Em contrapartida, a autoria sócio-profissional pode referir-se a um autor interno, como na coluna de opinião, em que o autor é um jornalista vinculado à empresa, mas possui certo grau de liberdade para falar, isto é, a identidade de autor não é apagada pela da instituição. Pode-se dizer que há uma subordinação, não um apagamento. Ou se pode falar em autoria sócio-profissional externa, como é o caso do *artigo de opinião*. Nesse gênero, o autor não possui vínculo com a empresa jornalística. Portanto, sua voz é externa à instituição, o ponto de vista do autor é autorizado por ela devido a ser “representante de prestígio social dos diversos segmentos profissionais dos grupos sociais” (ALVES FILHO, 2006, p. 83).

Rodrigues (2001) faz uma abordagem que também contribui para se entender a relação entre artigo de opinião e autor. Segundo ela, o artigo de opinião pode ser escrito por um colaborador ou por um jornalista, sendo mais frequente o primeiro caso. Nessa circunstância, pelo fato de o articulista ser externo à empresa jornalística, cria-se o questionamento de querer saber quem é o autor e de que lugar social ele fala. Nesse sentido, Vivaldi (1979, p. 65) afirma que “el autor de un artículo está siempre en primer plano” e quando o autor possui notoriedade social, a opinião dele sobre o assunto pode importar mais que o assunto.

Nota-se, como uma particularidade deste gênero do discurso, segundo Rodrigues (2001), a implicação de um autor externo que, para assumir a autoria, deve possuir uma competência social e profissional. Isso significa que o autor deve ser alguém legitimado pelo seu campo de atuação por possuir destaque na atuação profissional ou ocupar posição de destaque no cenário sócio-político.

Há certos campos profissionais, no entanto, que são privilegiados, em detrimento de outros. Prefere-se que o lugar social de onde fala o autor seja da política; da indústria; ou do campo científico-acadêmico restrito a áreas sociais (economia, sociologia, história *etc.*). Essa restrição é explicada por, dessa maneira, o autor estar voltado para a figura de homem social público falando.

Legitimado por seu campo de atuação, ele fala como um representante dessa instituição. Cria-se, assim, uma interação na qual esse participante dialoga com a sociedade ou com uma parte dela. Rodrigues (2001, p. 139) observa também que,

muitas vezes, no artigo, tem-se menos a fala individual do autor, o seu ponto de vista particular como membro dessa esfera, pois, em um processo de ‘ventriloquismo’, ele assume o papel de porta-voz, encarnando a

instituição que representa, constituindo-se a sua fala um discurso bivocal².
(RODRIGUES, 2001, p. 139)

Deve-se ressaltar que essa interação é influenciada e sofre restrições, por ser mediada pela empresa jornalística. A restrição dessa instituição ocorre, primeiramente, na seleção dos artigos que almejam ser publicados. Conforme já mencionado, o sujeito empírico, geralmente, não possui vínculo com a empresa jornalística; logo, espera que seu texto seja selecionado para publicação, entre uma variedade de artigos. A esse respeito, Rodrigues (2001) destaca que existe uma profissionalização do autor articulista. Isso é constatado pelo fato de os autores que publicam em periódicos de grande circulação serem, geralmente, os mesmos.

Além disso, como há preferência por alguns campos de atuação e profissões, também ocorre, nesse caso, restrição a outros autores não pertencentes às instituições privilegiadas. E, se, para assumir a autoria, exige-se notoriedade social e midiática, há, desse modo, a exclusão daquele que não possui “nome”, não tem *status* social. Beltrão (1980) alerta para o fato de que raramente um autor desconhecido do editor e do público tem o texto publicado nas páginas do jornal.

A funcionalidade do nome de autor e a operação da apropriação no artigo de Cláudio de Moura Castro

Desde 1998, os artigos de opinião do economista Cláudio de Moura Castro são publicados, mensalmente, na Revista *Veja*. O texto ocupa o espaço de uma página e apresenta, em destaque, na parte superior da página, o nome de autor. Ao lado, sua foto e, em fonte minúscula, à direita, seu endereço eletrônico. Logo abaixo, vem disposto o texto e, em fonte menor, também na parte inferior da página, o pé biográfico: *Cláudio de Moura Castro é economista*.

O primeiro contato do leitor com o texto é por meio do nome de autor. Por isso, iniciamos nossa análise por esse elemento que, como expõe Foucault, não é só uma referência a um sujeito. Nesse discurso, o nome exerce as seguintes funções: colocar o autor em primeiro plano, classificar, delimitar, dar *status* e fazer operar a apropriação, primeira característica da função-autor.

² Preferimos atualizar esse termo, empregando o conceito de interdiscursividade, mais comum na AD e que dá conta de substituí-lo.

Ao abordarmos sobre a autoria no artigo, observamos que, nesse gênero, o autor, muitas vezes, assume o primeiro plano, isto é, o fato de o texto ser produto daquele autor é o que lhe dá valor. A forma como é feita a diagramação, pondo em destaque o nome de autor, evidencia que esse nome não é só um elemento no texto. Ele funciona como um hierarquizador, porque coloca o autor em posição superior ao próprio texto, não que ele não faça parte do texto, mas acima do que é dito, tem-se quem é que diz. Há primazia do autor sobre o enunciado.

A evidência do nome faz com que ele opere como uma grife. O fato de se vincular a ele passa a ser decisivo para a inserção do texto naquele espaço discursivo, para a legitimação e significação daquele discurso. Diferente do que ocorre em uma reportagem, por exemplo, em que é o título que atrai, remetendo para um tema, não importando a referência a um nome. No artigo, o primeiro motivo que pode levar o texto a estar ali e ser um tema de interesse é por pertencer ao nome ao qual faz referência. Portanto, o nome de autor é o elemento que dá *status* social ao artigo.

Além disso, o nome de autor, devido à periodicidade do artigo, descreve para o seu leitor a reinstauração de um quadro cênico (MAINGUENEAU, 2008). Por isso, o nome de autor também atua classificando e delimitando as próprias condições de sentidos do discurso, antecipa-as, prevê. Direciona o olhar do leitor que pode, antes da leitura efetiva, precipitar-se: “é aquele autor, sob a ótica X e que fala do tema Y”. Ou, ainda, sabendo do posicionamento e o assunto que será abordado, rejeitar o texto – e o autor – ou fazer questão de lê-lo. Percebe-se, nesse caso, um sentimento de simpatia ou de antipatia que emergem do nome de autor. Para que o leitor aceite participar da interação discursiva, deve primeiro aceitar o que aquele nome indica e significa.

O nome de autor sinaliza também para uma apropriação do discurso e a isenção de responsabilidade por parte da empresa. Apontando para essa instância externa, como se instaurasse ali um discurso pelo qual ela não assume a responsabilidade jurídica, esse nome funciona como responsável pelo discurso. Faz operar, portanto, a primeira característica da função-autor: a apropriação. O discurso é associado a um autor que, como proprietário, responde social e juridicamente por ele. Claro que a responsabilização faz parte do jogo discursivo, pois a empresa autoriza que o autor fale, dessa forma, ela não está inteiramente isenta de responsabilidades perante o que ele diz.

A empresa, na verdade, necessita de ser um lugar de várias propriedades discursivas. Isto é, ela precisa dar a abertura de espaços em que outras vozes, que não são a

dela, possam ser manifestadas. Se não houver essa abertura, a empresa jornalística correrá o risco de parecer autoritária e monolga; características essas que desprestigiam a imagem do veículo de comunicação.

As funcionalidades do nome de autor mostradas aqui revelam principalmente que esse elemento faz emergir, no discurso, o sujeito autor. Esse elemento, juntamente com outros, como a foto e o endereço eletrônico, demarca a presença desse sujeito que existe na imbricação entre exterioridade e interioridade do texto. Sujeito que, inevitavelmente, faz com que o leitor o associe com o sujeito empírico.

A atribuição e a legitimação no discurso de Claudio de Moura Castro

Conforme postulado por Foucault (1997), a segunda característica da função autor é a atribuição a um autor, que alguns textos, em dado momento, exigiram receber, ou deixaram de exigir, para serem legitimados. Essa atribuição não é universal nem constante. Assim, para alguns textos, a atribuição a um nome lhes dá sentido, *status* ou valor, como é o caso do texto literário. Em oposição, em alguns textos, o anonimato não compromete sua garantia. Segundo esse conceito, a ideia de atribuição está fortemente ligada à legitimidade de alguns discursos. No *artigo de opinião*, a atribuição, referência do texto a um nome, é uma característica própria do gênero, fundamental para a constituição de sua credibilidade e legitimidade, afirmando-se o elo entre legitimidade e atribuição.

O processo pelo qual ocorre a legitimação do discurso de Claudio de Moura Castro demonstra que ele está ligado intrinsecamente às condições de atribuição impostas por esse gênero de discurso. Conforme já mencionado anteriormente, a autoria sócio-profissional do artigo está ligada a uma fala valorizada. Quem assume a autoria do artigo não é qualquer um. Se uma pessoa decide enviar sua opinião à imprensa, ela pode assumir a autoria do gênero *carta do leitor*, já no artigo é diferente. Para obter a autorização da instituição jornalística, é exigido mais. Assim, o gênero já dá legitimidade ao autor, uma vez que a autoria sócio-profissional garante a autoridade dele.

Um dos motivos que contribui para que essa atribuição opere como legitimadora é o fato de o autor estar vinculado a um campo discursivo. Por isso, a relação que o pé biográfico³ constrói entre o nome e a instituição discursiva à qual ele pertence é decisiva. Porque, dessa forma, seu discurso não aponta pura e simplesmente para um sujeito-autor,

³ Optamos pela expressão “pé biográfico”, igualmente à usada em ALVES FILHO (2006).

mas também para o lugar social de onde ele fala. Colocado ao final do texto, o pé biográfico soa como uma resposta ao leitor que, ao longo da leitura, pode se perguntar: mas quem é o autor? Quem é que diz isso? Portanto, é como um membro legitimado pelo campo da economia que o autor fala.

Ao comparar o funcionamento da atribuição em discursos diversos, Foucault (1997) expõe que o anonimato é insuportável no discurso literário, por exemplo. Enquanto, na matemática, a atribuição só serve para nomear um ou outro teorema. Já na biologia ou na medicina, funciona como forma de credibilidade às técnicas e objetos usados em um experimento. O que se nota em relação a isso é que o grau de subjetividade/objetividade presente em cada discurso faz com que a atribuição exerça maior ou menor importância, ou seja, quanto mais subjetividade o texto permitir, quanto mais se associar autor e criação, maior será a relevância da atribuição.

No artigo de Claudio de Moura Castro, poderíamos dizer que há uma atribuição legitimadora, que aponta para o sujeito autor, parecida com o que ocorre na literatura, mas também aponta para o método, a técnica que o sujeito detém para constatar algo, como ocorre na biologia e na medicina. Quem fala sobre a educação é o economista. Esse é o seu método. A interpretação que se tem é a de que, como o campo é legitimado, o método é crível. Isso ocorre devido à autoria do artigo operar entre a subjetividade, a criação (é um ponto de vista) e a objetividade.

O pé biográfico na constituição da interdiscursividade e na operação da função-autor no discurso de Claudio de Moura Castro

A autoria sócio-profissional tem como característica articular o sujeito-autor ao lugar social de onde ele se posiciona. Como foi mencionado anteriormente, o pé biográfico é que opera essa associação no artigo de Claudio de Moura Castro, articulando o autor ao campo da economia. No entanto, esse enunciado predicativo exerce papéis de formulação de um autor que não são tão simples como aparentam. A análise da terceira característica da função autor permite revelar isso. Ao se referir à terceira característica, Foucault diz que ela não é, simplesmente, a atribuição de um discurso a um indivíduo. É operação complexa que resulta na construção, no tratamento do texto, de um ser de razão: o autor.

Recorte 1:
Claudio de Moura Castro é economista.

Essa associação opera restrições que não são idênticas para todos os discursos. Isso quer dizer que não se constrói um poeta da mesma maneira como se constrói um articulista. Alerta Foucault que as aproximações que se operam, os traços que se estabelecem como pertinentes, as continuidades que se admitem ou das exclusões que se praticam não são as mesmas. No artigo de Cláudio de Moura Castro, a aproximação de um nome, da imagem de um sujeito e de uma profissão projetam esse ser que não é uma dessas coisas individualmente, mas um autor que é o resultado da operação simultânea e complexa desses elementos.

Da mesma forma, a voz que emerge nesse discurso também é afetada por essa operação, visto que, juntamente com a voz do autor, temos a voz do campo discursivo do qual ele é representante. O autor fala e, concomitante à sua fala, há a voz do economista, do campo da economia. Essa característica perpassa todo o texto, sendo construída também por outros elementos, como o léxico, que denuncia a voz dessas instâncias.

Recorte 2:

Quando parecia sepultada e descansando de uma vida maldita, exuma-se a ideia de que o estado deve regular a oferta de cursos superiores privados. Ou seja, impedir que os incautos proprietários de faculdades invistam errado, pois o MEC sabe onde está o mercado para advogados ou médicos. Pensemos: quem sabe de mercado, o dono da faculdade que arrisca sua empresa ou um funcionário do MEC, pontificando sob o manto da impunidade e sabe-se lá com que agenda latente?

Se recorrermos ao léxico, identificamos o economista em alguns vocábulos como: proprietário, invistam, mercado, funcionário, dono. Esses termos resgatam, na memória discursiva, o campo da economia, reforçando e reafirmando o enunciado do pé biográfico. É o economista que fala e seu posicionamento e sua voz pertencem a esse campo, é legitimado por ele. A opinião apresentada não deixa de sofrer essa valoração, como se ela também proviesse do lugar onde posiciona o autor. Como se os métodos desse lugar, da economia, é que permitissem a ele tirar suas conclusões.

No entanto, a voz desse campo não domina totalmente esse discurso. Essa voz não apaga, ou não deixa de que se ouça outra voz, outra subjetividade que se identifica como a voz do sujeito autor. Sabe-se que uma das características do artigo de opinião é, embora apresentando a defesa de um ponto de vista pessoal, poder afastar-se de marcas subjetivas para, estrategicamente, manifestar certa neutralidade. No recorte, isso não ocorre, observamos uma seleção léxica que distancia o texto da impessoalidade. Os termos

figurativos (sepultada, descansando, exuma-se, manto), irônico (incautos), o verbo no imperativo (pensemos) e a pergunta retórica evidenciam o sujeito autor.

Notamos que não há, portanto, o predomínio de neutralidade, que destacaria, desse modo, a voz do campo da economia e nem marcas de subjetividades excessivas que demarcariam fortemente a presença de um sujeito autor, que diz “eu” e se projeta incessantemente no texto. Esse equilíbrio é que constrói, na interdiscursividade, o discurso bivocal, revelado pela oscilação entre marcas que apontam ora para o sujeito autor, ora para o campo da economia.

A interdiscursividade dá a abertura para refletirmos sobre a quarta característica da função autor: a multiplicidade de “eus” em que essa função atua. A dificuldade conflitante que este tema encontra em distinguir um sujeito autor – emergente de um nome e uma imagem que lhe dão uma identidade, que não está no mundo nem no texto, mas surge da imbricação entre esses lugares – e um economista – o sujeito social-profissional posicionado em um campo – já seria suficiente para esclarecer a hipótese levantada por Foucault. Contudo, essas duas vozes permitem maior dimensão à análise quando reportadas para a noção de interdiscurso.

No recorte 2, observou-se a emergência de duas vozes, dois egos que se marcam no discurso. Poder-se-ia ainda constatar uma terceira voz, que não fala juntamente ao autor, mas é quem provoca a sua fala, num movimento dialógico. O campo da educação, o discurso do sistema educacional é o motivo, o despertador dessas outras vozes. É ele o responsável pela “exumação” que dá origem ao debate. O interdiscurso é lugar de embate, de discursos que se opõem ou se aliam. No discurso de Claudio de Moura Castro, evidencia-se esse duelo. Marca-se claramente a oposição ao discurso do sistema educacional, mas quem se opõe a esse discurso?

Seria o sujeito autor que, escondendo-se detrás dos métodos do campo da economia, revelaria sua desavença? Nesse sentido, o campo da economia, essa ciência, seria o suporte que o autor usa para se posicionar, fazendo com que seu posicionamento tenha credibilidade, por esse campo possuir legitimidade. Ou seria o campo da economia que se opõe ao discurso do sistema educacional, porque os princípios do MEC contrariam os princípios do desenvolvimento econômico? Se considerarmos a segunda hipótese, o sujeito autor é somente o porta voz, o representante que fala em nome da economia.

Talvez, não haja a necessidade e nem possibilidade de apontar para uma ou outra resposta. Pelo contrário, é essa “mão dupla” que constitui os sentidos do discurso.

Consequentemente, esses sentidos legitimam o autor do artigo de Claudio de Moura Castro. Um autor que se mostra, deixa suas marcas autorais, mas, ao mesmo tempo, se apaga, se esconde naquilo que ele representa, no seu “uniforme”, na sua profissão.

É comum aparecerem, na mídia, profissionais (médicos, policiais, professores...) que, devido a alguma atitude polêmica, geram debates em que se procura discutir a legitimidade ou não desse ato. Nesses casos, procura-se saber como a população julga tais atos e, principalmente, como os membros da instituição ao qual o profissional pertence o julga. A decisão desses membros é fundamental, uma vez que, se eles condenam o ato, o profissional julgado passa a ser o autor desse ato, ou seja, o ato passa a ser de responsabilidade do indivíduo e não do profissional, logo, é um ato condenável. Essa situação é similar à condição do sujeito autor no artigo. O campo da economia funciona como uma forma de proteger sua face.

Por último, cabe observar que o equilíbrio entre essas duas vozes também depende do grau de reconhecimento social e midiático que o autor possui, ou seja, até que ponto a voz do sujeito autor pode ter privilégio sobre a voz da instituição profissional da qual ele é representante. Afinal, se o nome de autor for pouco significativo, se o sujeito autor não é reconhecido, talvez seja mais conveniente que a voz do campo social seja mais marcada que a dele. Nesse caso, é preferível um autor “opaco”, que se garante pela voz legitimada da instituição da qual é representante.

Considerações finais

Ainda na atualidade, a organização do conhecimento é fragmentada, separada por muros que o isolam em disciplinas estancadas. A Análise do Discurso de linha francesa, devido à própria heterogeneidade pela qual é formada, permite a elaboração de uma metodologia que transgrida essa barreira. Nesse sentido, o artigo presente buscou aproximar conceitos que, em um primeiro momento, parecem distintos. A noção de autor – noção que foi mais explorada pela Literatura – e o estudo dos gêneros de discurso, explorado nas últimas décadas pela vertente sócio-interacionista dos estudos da linguagem. Essa possibilidade interdisciplinar trouxe reflexões novas ao estudo do gênero *artigo de opinião* e da autoria.

O estudo das características da função-autor e do nome de autor unidas com a noção de autoria no artigo fez com que a análise ganhasse outras dimensões. A partir delas, notou-

se que o nome de autor e a apropriação operam na projeção do sujeito-autor, no artigo de Claudio Moura Castro. Enquanto que a atribuição está atrelada à legitimidade do artigo de opinião. Já o pé biográfico, elo textual entre sujeito autor e campo profissional, é visto, nessa dimensão, como um dos recortes que formulam esse sujeito-autor, ser de razão, do artigo. Além disso, o pé biográfico é um dos dispositivos da interdiscursividade do artigo, que podemos aproximar à multiplicidade de “eus”, quarta característica da função autor, consistindo-se da voz que aponta para o sujeito autor, de outra que aponta para o campo de onde ele se posiciona, a economia e de outra da qual essas são rivais: o discurso do sistema educacional.

Assim, no artigo de Claudio de Moura Castro, observamos a projeção de um sujeito-autor, de uma identidade autoral, pela funcionalidade do nome de autor e pelas marcas no discurso que apontam para um sujeito que é, nas palavras de Foucault, um projeto de escrita, um ser de razão. Por outro lado, o artigo de opinião, devido a suas características, o pé biográfico e certas marcas no discurso fazem com que se projete também o campo da economia e a voz do economista como seu legítimo representante. Tem-se, portanto, uma autoria bifurcada em duas vozes.

É na interação dessas vozes, na interdiscursividade, que se manifesta o posicionamento em um discurso oposto ao do sistema educacional. Oposição que só pode ser validada pelo *status* que essas vozes ocupam na sociedade. Como o campo da economia é legitimado, a voz de seu membro, do economista, carrega essa legitimidade. Enquanto que a voz do sujeito-autor é um risco, porque o expõe, compromete sua face; mas um risco necessário, pois só assim esse sujeito demarca seu espaço no discurso e se constitui como autor.

Referências bibliográficas

ALVES FILHO, Francisco. *A autoria nas colunas de opinião assinadas da Folha de S. Paulo*. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2005. 268p.

ALVES FILHO, Francisco. A autoria institucional nos editoriais de jornais. *Alfa*, São Paulo, v. 50, 2006. p. 77-89.

BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Veja/Passagens, 1997.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2012.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2008.

MUCHAIL, Salma Tannus. Michel Foucault e o dilaceramento do autor. *Margem*, São Paulo, n. 16, dez. 2002. p. 129-135.

ORLANDI, Eni. *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas/SP: Pontes, 2007.

RODRIGUES, Rosangela Hammes. *A constituição e o funcionamento do gênero jornalístico artigo: cronotopo e dialogismo*. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001. 347p.

VIVALDI, Gonzalo Martin. *Géneros periodísticos*. Madrid: Paraninfo, 1979.

ABSTRACT

*In the present article, we study the notion of author in the genre “opinion article”. In order to do so, we selected an article written by Claudio de Moura Castro. Our goal is to examine how the genre and the institutions it is part of and with which it interacts operate to develop authorship. To achieve this objective, we use the notion of author and author’s name developed by Foucault (1997) and research conducted by Alves Filho (2005;2006) and by Rodrigues (2001), which connect authorship and genre. The focus of this study is discursive-enunciative, once we turn to the French school of discourse analysis which enables an approach that associates discourse to its socio-historical creation. Claudio de Moura Castro publishes his articles in *Veja* (magazine); he is an economist, but usually addresses topics related to Brazilian education and its implications for the country’s economy. In this discourse we see the construction of social and professional authorship. The author and the field of economics, which he represents, emerge from the discourse, forming in its interdiscursivity, a double-voiced discourse.*

Key words: Authorship. Author Function. Opinion Article. Genre.

Envio: Abril/2015
Aprovado para publicação: Junho/2016

ANEXO I

VERBUM – CADERNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO – ISSN 2316-3267



de Moura Castro Claudio

claudioemouracastro@positivo.com.br

A exumação de um cadáver

Quando parecia sepultada e descansando de uma vida maldita, exuma-se a ideia de que o estado deve regular a oferta de cursos superiores privados. Ou seja, impedir que os incautos proprietários de faculdades invistam errado, pois o MEC sabe onde está o mercado para advogados ou médicos. Pensemos: quem sabe de mercado, o dono da faculdade que arrisca sua empresa ou um funcionário do MEC, pontificando sob o manto da impunidade — e sabe-se lá com que agenda latente?

Em Brasília, o representante de uma associação médica declarou: “Não há mais mercado para médicos, assim mostram os indicadores da OMS”. Ironia do destino, nesse evento, falou antes dele Jarbas Passarinho. Narrou que, em sua gestão como ministro da Educação (1970), foi procurado pela mesma associação, ouvindo idêntica afirmativa. Desde então, o número de faculdades de medicina cresceu quatro vezes. O mercado deveria estar ainda mais saturado, pois a população cresceu muito menos. Contudo, não há estatística sugerindo saturação dos

“Esperava-se que os profissionais fossem para empregos cujo nome se assemelhava ao do curso. Hoje ocorre a ‘desprofissionalização’ dos diplomas”



mercados. Pelo contrário, a carreira é recordista de candidatos por vaga.

Se novas faculdades fossem para onde há poucos doutores por habitante, não existiriam os grandes centros médicos. E as escolas localizadas em regiões pobres formariam profissionais de qualidade ainda pior (o papel de andar na contramão do mercado é para o ensino público).

Como definir se um mercado está saturado? Pela teoria econômica, será o caso se os salários dos graduados não são comensuráveis com os custos de estudar ou, no limite, se eles estão desempregados. Segundo as pesquisas, quatro anos de faculdade dobram os salários e não há desemprego significativo nesse nível.

No passado, esperava-se que os profissionais fossem para empregos cujo nome se assemelhava

ao do curso. Hoje, tal como nos países ricos, ocorre a “desprofissionalização” dos diplomas. Exercem a profissão menos de 20% dos advogados, 10% dos economistas e 5% dos filósofos. Haveria que cortar 95% das matrículas em filosofia? Não, pois os quatro anos de graduação se converteram, para a maioria, em uma educação “genérica”, que prepara para exercer ocupações meio indefinidas. Nada errado.

Os lobbies médicos disfarçam a retransição na abertura de cursos como proteção da qualidade. Pura falácia, mal escondendo um conluio entre governo e corporativismo. Em vez de definir a geografia da demanda, o certo é impor padrões de qualidade rígidos aos novos cursos. E, sem apertar o cerco aos cursos e profissionais ruins que aí estão, adia-se para a próxima geração um atendimento correto. Ou seja, fechar a torneira dos novos cursos é apenas garantir o monopólio dos velhos, livres da concorrência de intrusos.

A boa solução é conhecida de todos e temida pelos menos confiantes na sua competência: filtrar pelo Enade. E também por exames de ordem para médicos — como fazem os advogados. Assim se faz nos Estados Unidos e nessa direção caminha o estado de São Paulo.

A prova da OAB é uma bela solução. Formam-se muitos bacharéis em direito. Alguns vão vender terrenos, outros trabalharão na empresa do pai. Os melhores passam nas provas da ordem, assegurando um nível mínimo de competência nas cortes de Justiça. Todos ganham.

Curiosamente, há na OAB quem não abençoa o seu belo sistema e quer fazer a mesma besteira das associações médicas: restringir a criação de cursos, decretando onde não há demanda. No mundo real, quem acha a demanda são os novos advogados e médicos, não os governos e lobbies. Se fossem piores os mercados nas regiões pobres, mesmo os profissionais que lá se formassem tampouco ficariam.

Para melhorar a qualidade dos cursos, há o Enade e outras provas, em paralelo a um acompanhamento rigoroso do MEC. A retransição para a abertura de faculdades — como ocorre hoje no ensino a distância — em nada beneficia a qualidade, embora impeça a saudável concorrência entre os cursos. Não passa de uma ação visando a beneficiar financeiramente quem já entrou, sejam faculdades, sejam profissionais. Protege o interesse deles e não da sociedade.

CLAUDIO DE MOURA CASTRO é economista